

Mailson no Senado pede volta ao FMI

O Governo brasileiro não pediu nenhum empréstimo ponte aos Estados Unidos, mas tem deixado claro aos credores internacionais que só pagará os juros da dívida externa relativos a 1988 se eles estiverem dispostos a refinanciar pelo menos 60% desses juros. A afirmação foi feita ontem pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, que fez uma "visita de cortesia" aos membros da Comissão da Dívida do Senado Federal, a convite do senador Carlos Chiarelli (PFL/RS), que preside a Comissão.

O ministro ressaltou que durante a sua visita à Comissão não teceu detalhes sobre a negociação da dívida, mas voltou a apresentar suas idéias favoráveis à volta do Brasil ao FMI. Disse que explicou aos senadores que o acordo a ser firmado com o Fundo em 1988 é "substancialmente" diferente dos acordos feitos em 1983/84, que objetivaram a redução do déficit da balança comercial, levando o País à recessão. "Em 1985 chegou-se a conclusão de que não era possível sustentar a crise, porque a dívida obteve um caráter duradouro, exigindo soluções baseadas no desenvolvimento. Isso é o que tentaremos com o acordo de 1988", acrescentou.

Acordo

Mailson da Nóbrega ressaltou que explicou aos senadores que o Brasil ainda não começou a negociar a dívida de longo prazo, mas que fechou apenas o acordo provisório se comprometendo a pagar a primeira parcela dos juros vencidos de outubro a dezembro de 1987. O ministro negou ter conhecimento de uma nota oficial que teria sido divulgada ontem pelo governo norte-americano reiterando o fechamento de um acordo com o Brasil.

Destacou que não houve desentendimentos entre o governo brasileiro e os credores, pois o Brasil concluiu o desembolso previsto em 11 de janeiro. "Mas isso não significa o andamento das negociações de médio prazo. As conversas continuam dentro do seu curso normal e tenho sido informado diariamente sobre o seu andamento com o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, e com o embaixador Marcílio Marques Moreira".

FMI

O ministro descartou a possibilidade de vinda ao País de uma missão do FMI em janeiro para dar início a um acordo com o Brasil. Admitiu, entretanto, que em fevereiro uma missão do Fundo poderá vir ao País, mas somente para coletar dados e fazer consultas, dentro do artigo 4º do FMI. "Temos sustentado a tese de que o acordo com os bancos credores independe de um acordo prévio com o FMI", disse o ministro.

Afirmou também que não foi à Comissão da Dívida do Senado a procura de apoio dos parlamentares quanto à negociação da dívida, mas simplesmente compareceu à Comissão para um contato amistoso. "Tenho apreço pelo Congresso e estamos trabalhando juntos, inclusive na avaliação do Orçamento Geral da União".

O ministro negou que tivesse afirmado aos senadores da Comissão da Dívida de que o FMI não era mais um leão, mas sim um cordeiro. "O Fundo não é leão nem cordeiro, é uma instituição técnica destinada a auxiliar países em crises conjunturais. No caso brasileiro a crise é estrutural e portanto somente os recursos do FMI não resolvem o problema", concluiu.